

CEDI - P. I. B.  
DATA 22/06/94  
CDD F7D00056

## APRESENTAÇÃO

A criação do Centro de Documentação e Informação - CEDOC da FUNAI, vinculado a Assessoria Especial da Presidência, conforme PORT. PP FUNAI nº 1940/87, de 13.07.87, se deu em decorrência da necessidade de implantar um sistema de organização e controle da produção documental a fim de permitir a pronta recuperação dos documentos e informações e preservar a memória da política indigenista brasileira.

Para atingir os objetivos deste Centro, no que concerne a implantação do sistema de Arquivos da FUNAI, vários programas de trabalho, *vem sendo desenvolvidos?* dentre os quais o presente Projeto, que visa recuperar, organizar e divulgar as publicações pedagógicas da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, usadas nos programas de educação escolar ou não escolar para as populações indígenas brasileiras.

Este projeto corresponde à primeira fase da organização do Arquivo Impresso da FUNAI, que deverá ser realizada em cinco etapas, considerando o tipo de publicação, classificados nas seguintes categorias:

- Publicações Administrativas
- Publicações de Divulgação
- Publicações Informativo-Culturais
- Publicações Pedagógicas
- Publicações Técnico-Científicas

O Arquivo Impresso da FUNAI foi criado através da Portaria nº 640/88, de 09.06.88, cabendo ao Centro de Documentação e Informação - CEDOC a organização e guarda do referido acervo.

## I. ARQUIVO IMPRESSO: TEORIA E NECESSIDADE DE IMPLANTAÇÃO

Os arquivos vem gradativamente demonstrando preocupação quanto à organização e guarda das fontes impressas, antes a cargo apenas das Bibliotecas.

O desenvolvimento das atividades de um órgão materializam-se em documentos que embora publicados, não perdem suas características de documentos de arquivo.

Tais documentos constituem patrimônio funcional, histórico e informativo deste órgão, enquanto que o acervo bibliográfico é formado através de compra, doação e permuta. Sendo assim, o acervo arquivístico é instrumento de apoio e desenvolvimento do órgão.

Neste sentido às Diretrizes da Política de Arquivo da FUNAI (PORT. nº 1945/87, de 13.07.88), em seu Art. 1º, Parágrafo Único de terminam que "Os documentos impressos no exercício das atividades da FUNAI serão ao mesmo tempo considerados documentos de Biblioteca e Arquivo, para fins de consulta e preservação, respectivamente".

O CEDOC, adotou a seguinte estratégia com relação as publicações da FUNAI. Aos arquivos caberá a organização dos documentos impressos de acordo com as atividades que os geraram, para fins de preservação e consultas; ao acervo da biblioteca serão encaminhadas as publicações de caráter informativo e técnico, disponíveis para consultas voltadas apenas para o conteúdo de cada publicação.

A organização do Arquivo Impresso corresponde ao período de existência da FUNAI (1967-1988) e deverá atingir não só as publicações editadas pela Fundação ou em colaboração, mas também por órgãos ou entidades que atuam junto às populações indígenas através de convênios ou outros tipos de acordo com a FUNAI.

## II. CARACTERÍSTICAS DO ACERVO IMPRESSO DA FUNAI

As publicações da FUNAI, para efeito de organização do Arquivo Impresso foram assim classificados:

1. PUBLICAÇÕES ADMINISTRATIVAS: inclui as publicações cujo objetivo é viabilizar o funcionamento administrativo do órgão.

1.1. Boletim de Serviço: publicação bimensal, criada em 1967, com a finalidade de divulgar os atos de liberativo-normativos dos dirigentes da FUNAI. Inicialmente, a responsabilidade deste Boletim coube ao Departamento de Administração e, mais recentemente, à Assessoria de Comunicação Social. Por várias ocasiões houve atraso ou até mesmo interrupção desta publicação, tendo denominações diferentes ao longo dos anos, tais como Boletim Administrativo e Boletim Informativo da FUNAI.

1.2. Manuais: publicações que contêm noções essenciais onde são relacionadas operações rotineiras de uma atividade.

1.3. Publicações Avulsas: onde constam lista de servidores, autoridades, endereços e/ou telefones.

2. PUBLICAÇÕES DE DIVULGAÇÃO: inclui as publicações, na sua grande maioria avulsas, destinadas a divulgar as diretrizes, políticos e programas do órgão; a legislação do índio; comemorações ou eventos históricos, e; discursos e pronunciamentos de dirigentes. Além das publicações textuais, inclui-se os impressos tipo cartazes, flâmulas, adesivos, calendários, folders e selos.

3. PUBLICAÇÕES INFORMATIVO-CULTURAIS: inclui as publicações, na sua maioria periódicos, com o objetivo de difundir informações da FUNAI ou do índio, tanto para o público interno do órgão como para o público externo.

- 3.1. **Informativo FUNAI**: publicações semestral, criada em 1971, inicialmente denominada Boletim Informativo da FUNAI, teve mudada sua denominação a partir de 1973. O objetivo da publicação é a divulgação da realidade e da cultura indígena para o público interno do órgão como para o público externo, inclusive exterior.
- 3.2. **Revista de Atualidade Indígena**: publicação bimestral, criada em 1976, em substituição ao Informativo FUNAI, sob responsabilidade da Assessoria de Comunicação Social, com o objetivo de levar ao público em geral, informações sobre os índios brasileiros, visando uma melhor compreensão destas populações a nível nacional e internacional.
- 3.3. **FUNAI para o seu conhecimento**: publicação quinzenal, criada em 1981, com a finalidade de difundir as mais diferentes informações no âmbito da FUNAI, de responsabilidade da Assessoria de Comunicação Social.
- 3.4. **Boletim Informativo da Biblioteca**: publicação bimensal, criada em 1984, sob responsabilidade da Biblioteca "CURT NIMUENDAJÚ", com a finalidade específica de divulgar as novas aquisições bibliográficas da Biblioteca no âmbito da Fundação

3.5. **Jornal da FUNAI:** publicação mensal, criada em 1986, sob responsabilidade da Assessoria de Comunicação Social, com a finalidade de difundir informações diversas, de interesse do próprio órgão, no âmbito da Fundação. A publicação deste periódico foi interrompido no número 3(três), sendo substituído por outro denominado **TAPIRI: Informativo Interno**.

3.6. **TAPIRI: Informativo Interno:** publicação bimensal, criada no final de 1986, inicialmente denominado Informativo Interno da FUNAI, sob responsabilidade da Assessoria de Comunicação Social, com a finalidade de difundir informações diversas, do próprio órgão no âmbito da Fundação.

3.7. **Jornal da FUNAI:** publicação semestral, criada em 1986, sob responsabilidade da Assessoria de Comunicação Social, com a finalidade de difundir informações diversas, sobre o índio e a FUNAI no âmbito do órgão e público externo.

3.8. **Boletim Informativo do CEDOC:** publicação bimensal, criada em 1988, sob responsabilidade do Centro de Documentação e Informação - CEDOC da FUNAI, com a finalidade de divulgar as atividades da área de documentação e disseminar informações que contribuam para melhor funcionamento do órgão.

4. **PUBLICAÇÕES PEDAGÓGICAS:** inclui todas as publicações usadas nas escolas indígenas, bem como aquelas destinadas a educação sanitária e as de caráter científico e catequético que, mesmo

não sendo usadas nas escolas, são elaboradas com objetivo pedagógico. Estas publicações foram classificadas em seis categorias, a saber: Cartilhas, Dicionários, Gramáticas Pedagógicas, Literatura Indígena, Literatura para o Índio e Literatura Religiosa.

5. PUBLICAÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS: inclui todas aquelas voltadas para as diferentes áreas de conhecimento científico, em especial as ciências envolvidas com o estudo da realidade indígena. Inclui-se, ainda, outras publicações técnicas fora da temática indígena, estas se constituindo em casos pouco frequentes.

5.1. **Boletim do Museu do Índio**: publicação criada em 1976, sob responsabilidade do Museu do Índio, órgão da FUNAI sediado no Rio de Janeiro, com o objetivo de divulgar trabalhos de cunho científico, das áreas de documentação, antropologia, linguística e etnohistória, sobre temática indígena ou indigenista.

5.2. Ainda em 1988, deverá estar sendo publicado um periódico com a produção científica dos servidores da FUNAI.

### III. AS PUBLICAÇÕES PEDAGÓGICAS E O CONTEXTO EM QUE FORAM PRODUZIDAS

Quando a FUNAI foi criada, em 1967, em substituição ao Serviço de Proteção aos Índios - SPI, com o objetivo de assistir as populações indígenas brasileiras, suas diretrizes de trabalho se orientaram, sobretudo, para a regularização das terras e implantação de programas de educação escolar e saúde para as comunidades indígenas.

O objetivo dos programas de educação e saúde era resgatar, com projetos cientificamente fundamentados, uma prática que não teria sido realizada durante os anos de existência do SPI (1910-1967). Acreditava-se que as falhas desta instituição se deviam, entre outras, à deficiente formação intelectual de seu quadro de pessoal.

Com a FUNAI, pretendia-se suprir estas deficiências no atendimento às populações indígenas através da qualificação do seu quadro técnico e com a realização de convênios com entidades ou órgãos que pudessem prestar assistência técnica na área de saúde e educação, atendendo as novas exigências do governo.

O contexto em que se insere esta tentativa de mudança da política indigenista brasileira está relacionado com a ampla discussão sobre a questão indígena a nível nacional e a imagem negativa do Brasil no exterior, o que levou o governo a assumir compromissos no sentido de mudar a sua política com relação as populações indígenas.

É dentro deste quadro, que o Brasil tinha promulgado em 1966, a convenção nº 107 de Genebra (Decreto nº 58.824, de 14.07.76), sobre a proteção das Populações Indígenas e outras Populações Tribais ou Semitribais de países Independentes.

Com base nos compromissos assumidos internacionalmente

e o propósito de mudar a imagem do governo brasileiro, várias medidas foram tomadas. No que se refere a área de educação pode-se destacar o Convênio Ministério do Interior, FUNAI e Summer Institute of Linguistics - SIL, em 1969, visando a realização de estudos linguísticos para viabilizar programas de assistência; criação da Escola Normal Indígena Clara Camarão, também em 1969 no Rio Grande do Sul, mais tarde denominado Centro de Treinamento Profissional Clara Camarão - CTPCC, destinado a formação de docentes bilíngue de grau médio para o ensino primário das comunidades indígenas; a criação da Divisão de Educação, em 1972 e; a assinatura da PORTARIA 075/N, de 06.07.72, regularizando o ensino bilíngue para os grupos indígenas com problemas de barreira linguística.

No contexto da sociedade civil, em especial no panorama acadêmico, foram <sup>+</sup>decendadas as discussões em torno da necessidade de se valorizar os processos de aprendizagem dos índios, <sup>+</sup>por eles (parte) é reivindicado, como forma de melhor instrumentá-los para a convivência com a sociedade nacional.

Dentro desta perspectiva, vários programas de ensino bilíngue foram desenvolvidos, sobretudo com a colaboração de instituições científicas, missionárias e entidades de apoio ao índio, resultando na significativa produção de material didático-pedagógico que, se não refletiu uma nova proposta política de educação escolar, representou um esforço no sentido de tentar adequar a educação à realidade cultural das populações indígenas.

\* utilizando-se no sistema escolar que, mesmo com elementos alienígena aos índios,

#### IV. ORGANIZAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES PEDAGÓGICAS: METODOLOGIA

A recuperação e organização deste acervo irá permitir o estudo da trajetória das ações educacionais voltadas para os grupos indígenas.

O trabalho a ser desenvolvido para organização do acervo pedagógico da FUNAI está sistematizado em quatro fases:

1. Identificação das publicações;
2. Descrição e ordenação do acervo pedagógico;
3. Localização de acervos semelhantes em outras instituições; e
4. Divulgação do acervo pedagógico da FUNAI.

##### 1. IDENTIFICAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES:

As publicações pedagógicas da FUNAI, foram classificadas em 06 (seis) categorias, conforme conteúdo e o objetivo a que se destinam, a saber: Cartilhas, Dicionários, Gramáticas Pedagógica, Literatura Indígena, Literatura para o Índio e Literatura Religiosa.

CARTILHAS: para a alfabetização dos índios, a grande maioria elaborada na língua nativa do grupo a que se destina e, em menor número, na língua portuguesa. Podem ser encontradas cartilhas voltadas para a educação sanitária e assuntos relacionados com Estudos sociais e matemática.

DICIONÁRIOS: consiste no levantamento e compilação de vocabulários e expressões idiomáticas indígenas com tradução para o português e do português para a língua indígena. Apesar deste tipo de publicação possuir características técnico-científicas, preferiu-se incluí-las entre as publicações pedagógicas, tendo em vista serem

produzidas no mesmo contexto destas últimas.

GRAMÁTICAS PEDAGÓGICAS: publicações de estudos gramaticais e fonológicos das diferentes línguas indígenas, elaborados por linguístas, com finalidade de divulgar e permitir a compreensão e aprendizado da língua nativa. Possui caráter técnico-científico, sendo que o uso dentro da FUNAI destina-se ao pessoal ligado a área de educação.

LITERATURA INDÍGENA: textos elaborados pelos próprios índios, na língua do grupo que as produziu, para serem usadas nas escolas como leitura.

LITERATURA PARA O ÍNDIO: textos elaborados por professores, linguístas ou outros técnicos, na língua nativa do grupo a que se destinam ou em português, para serem usadas nas escolas como leitura.

LITERATURA RELIGIOSA: tradução de textos bíblicos para a língua nativa do grupo a que se destinam, fruto do trabalho de missionários que atuam junto aos índios, para serem usados com finalidade catequética.

## 2. DESCRIÇÃO E ORDENAÇÃO DO ACERVO PEDAGÓGICO

A descrição dos documentos consiste no registro em fichas dos elementos identificadores da obra. Esses elementos estão organizados nos três campos de registro da ficha: descrição bibliográfica, resumo, indexação.

Para a descrição bibliográfica optou-se pelas normas do Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2), devidamente adaptadas às peculiaridades dos documentos em questão. Os elementos que fazem parte deste campo, obedecem à seguinte ordem sequencial:

Autor

Título, subtítulo, título equivalente

<sup>Editor</sup>  
Local da publicação

Número de páginas

Ilustrações, especificações da impressão, etc.

O resumo consiste numa síntese do conteúdo do documento, usando-se a terminologia adotada pelos especialistas que estudam a educação para o índio no Brasil. Para especificar o aspecto metodológico da obra utilizou-se, sempre que possível, a terminologia pedagógica adotada pela instituição que a produziu.

No campo da ficha reservado à indexação são registrados os termos que indicam o conteúdo do documento e serão os pontos de acesso quando a localização do documento for solicitada pelo assunto. Os termos empregados na indexação visam permitir a busca do documento considerando os seguintes aspectos:

- Grupo indígena e respectiva língua;
- Categoria do documento (cartilha, dicionário, etc.);
- Instituição responsável pela elaboração do documento;
- Convênio que estabelece a origem do documento;
- Autoria indígena ou não; e
- Uso a que se destina: leitura, evangelização, alfabetização, etc...

A ordenação do acervo pedagógico obedecerá ao Plano de Classificação de Documentos <sup>do Arquivo</sup> da FUNAI, classe 410. (Educação), subclasse 411 (material didático).

### 3. LOCALIZAÇÃO DE ACERVOS SEMELHANTES

Sabe-se que outras instituições também possuem acervos com características semelhantes as que estão sendo organizado na FUNAI. Nesta fase do Projeto, procurar-se-á manter contato com tais instituições, em geral produtoras dos documentos didático-pedagógico

gicas, para que, mediante consultas aos seus acervos e catálogos, se já possível identificar os itens que faltam ao acervo da FUNAI e providenciar, então, que o <sup>seu acervo</sup> nosso acervo alcance a maior completeza possível quanto aos documentos pertinentes a serem adquiridos.

#### 4. DIVULGAÇÃO DO ACERVO

Quando o acervo já estiver recuperado e catalogado, o CEDOC procederá à sua divulgação para as Universidades, Instituições de Pesquisa e órgãos de apoio à causa indígena, no sentido de garantir intercâmbio de documentos e consequente atualização do acervo.

## BIBLIOGRAFIA

- 1) CUNHA, Luiz Otavio Pinheiro da. A educação Indígena:Um breve apa  
nhado. Brasília, 1985 (mimeografado).
- 2) CUNHA, Luiz Otavio Pinheiro da. A Política Indigenista Brasileira:  
Um estudo da educação escolar para as populações indígenas.  
(mimeografado).
- 3) GUT, Christian. Les Archives Imprimés, rapport.(Conference Interna  
tionale dela Table Rondi des Archives, 12. Jerusalém.1970).11p.  
mimeografado.
- 4) SOARES, Nilza Teixeira. As atividades de documentação e os arqui  
vos dos órgãos públicos. IN: Anais do 3º Congresso Brasileiro  
de Arquivologia, Rio de Janeiro, 17 a 22 de outubro de 1976.

APRESENTAÇÃO / DELIMITAÇÃO E JUSTIFICATIVO

O projeto ~~Recuperação~~ <sup>dos Fontes para a</sup> Política indigenista Brasileiro no período Republicano destina-se a identificar os documentos referentes a ação do Estado brasileiro junto às populações tribais entre 1910 e 1988. Com o resgate desses documentos, pretende-se dotar a Funai e o público de informações que auxiliam ~~na implementação da política e no estudo da mesma~~ mediante a publicação de um Guia de Fontes documentais. ~~O projeto recupera os documentos produzidos entre 1910 e 1988.~~

A criação de um órgão governamental com o propósito de preservar o índio data, no Brasil, do início do século XX. Antes, a questão do índio era encarada através das chamadas "guerras justas" ~~e~~ da política de aldeamentos à cargo do Estado principalmente, de Missão Religiosas.

Ao se iniciar o século XX, vários conflitos inter-étnicos ocorreriam no Brasil. No Estado de São Paulo, os Kajingang hostilizavam constantemente os construtores da Ferrovia Noroeste do Brasil; o mesmo sucedia com os Xokleng, mais ao sul, que criavam sérios embaracos à colonização européia que então atingia esta região. Esses conflitos causaram uma grande repercussão na imprensa das grandes cidades. Nesta época, o país passava por um processo de relativa modernização e uma incipiente industrialização. O eixo formado pelos dois maiores centros urbanos, Rio e São Paulo, assiste assim, ao aparecimento de novos atores no processo político até então dominado pelos grandes proprietários rurais ligados a economia cafeeira. Trata-se, no caso, dos elementos integrantes dos chamados setores médios urbanos formados por profissionais liberais (médicos, advogados, jornalistas, engenheiros). Foi exatamente a partir desse grupo que emergiram os indivíduos que propuseram pela primeira vez, a criação de um órgão do Estado que protegesse os indígenas e pusesse fim a esses conflitos.

É dentro desse contexto, que poderemos entender a figura de Cândido Mariano Rondon, jovem oficial do Exército Brasileiro, que tomando contato com as idéias dominantes nesses meios urbanos, acaba por tornar-se um dos principais protagonistas do processo de criação, em 1910, do órgão encarregado da proteção aos índios brasileiros, o SPI (Serviço de Proteção aos índios).

O objetivo do SPI era o de intervir contra os atos de exploração e opressão a que se submetiam os índios ao entrarem em contato com as frentes de expansão da sociedade nacional, ou seja, com "seguintos extremos da sociedade brasileira que se internavam em áreas não exploradas e apenas ocupadas por sociedades indígenas". (Velho: Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: 1972, 13) Assim, o órgão passa a intervir nas áreas onde se desenvolviam as frentes, pacificando os índios, antecipando-se desta forma, ao contato indiscriminado com outros agentes da sociedade nacional. Os métodos utilizados neste processo - colocação de brindes e presentes para demonstrar boa vontade para

[ 501 e 7  
val p ]

*colonial e imperial*

com os índios - eram os mesmos dos períodos ~~imperial~~ e colonial. Data desta época, a pacificação de grupos como os Kaingang (1912), Botocudo (1914), Aimoré (1911), Umutina (1918), parintintin (1922) e Urubu-kaapor (1928).

No dizer do Prof. Darcy Ribeiro, o trabalho de pacificação "destinava-se menos a eles (os índios) do que à sociedade brasileira como um todo" (RIBEIRO: Os índios e a Civilização, 1954:18). A pacificação "limpava" a área da hostilidade do índio, mas não impedia a sua desagregação cultural. Os índios, na maioria das vezes, após a pacificação, viam seu território invadido por seringueiros, fazendeiros ou posseiros, sem que os funcionários do SPI pudessem conter o avanço das frentes de expansão. Na verdade trava-se em geral, de uma media paliativa por parte do SPI, o fato de tentar mediar esses conflitos.

Entre 1900 e 1957, mais de 80 grupos tribais entraram em contato com a sociedade nacional. A população indígena, por sua vez, decresceu de 1 milhão para menos de 200 mil indivíduos. Este processo de depopulação é fruto da atuação de, basicamente, três tipos de frentes de expansão:

De qualquer forma, o contato dos grupos tribais com uma ou mais dessas frentes, acaba provocando diferentes problemas, entre os quais destacamos: os de caráter ecológico que afetam os índios através da competição destes com a população nacional, de forma que, devido à escassez de recursos, torna-se inoperante seu sistema adaptativo, sua cultura tradicional, podendo levá-los à extinção; as de caráter biótico que consiste no contágio de doenças de que são portadores os agentes da civilização e diante dos quais os indígenas (quando com pouco contato) não possuem defesas imunológicas; os de caráter tecnológico-cultural que resultam na adoção de novos instrumentos e técnicas que acabam por criar uma dependência dos índios em relação à sociedade nacional; os de ordem sócio-econômico consiste simplesmente no engajamento dos índios em um sistema de caráter capitalista como mão-de-obra barata; e, os de caráter ideológico, fruto de toda sorte de preconceitos a que são submetidos os índios ao entrarem em contato com a sociedade envolvente.

O SPI, embora conservasse suas funções e atividades, sofreu ao longo de sua existência, profundas modificações em sua estrutura organizacional. Criado em 1910, o SPI esteve integrado a vários Ministérios: Ministério do Trabalho (1930); Ministério da guerra (1934) e Ministério da Agricultura (1939). Somente regulamentos e resoluções, o SPI possui 6 (seis) diferentes (1910, 1911, 1936, 1942, 1943, e 1963). Em 1939 o Governo decide criar o CNPI. Conselho Nacional de Proteção aos índios que passaram a exercer algumas das funções e atividades antes exercidas apenas pelo SPI. Ao primeiro caberia o papel de pensar e propor as diretrizes da política Indigenista, ao SPI caberia o papel de executar as mesmas.

A partir dos anos 50, os problemas já levantados se agravam e o SPI entra em uma fase de crises ininterruptas. Uma série de denúncias de corrupção, além do fato deste órgão, em alguns casos, ter atuado com base em critérios que satisfaziam aos interesses econômicos em detrimento dos interesses indígenas, tornaram o SPI um sério problema para o Governo Brasileiro.

O resultado desse processo foi a extinção do SPI em

1967, após ter sido comprovada, através da Procuradoria Geral da República, a veracidade das denúncias contra aquele órgão. Nestas denúncias constavam massacres de grupos tribais e até contaminações propositais dos índios.

Após a extinção do SPI, o Estado Brasileiro resolveu criar em seu lugar a FUNAI - Fundação Nacional Índio (1967), atual órgão encarregado dos assuntos indígenas no Brasil. Por outro lado, tal fato não significou uma real melhoria para os índios. Quando de sua criação, o Brasil passava por uma conjuntura política e econômica muito difícil e que trouxe sérios problemas aos indígenas. Em termos políticos-institucionais, temos a instalação de um novo regime político em 1964. Este regime aos poucos foi adquirindo um caráter cada vez mais autoritário até que a partir de 1968, através de uma série de atos discricionários, acabou por se impor uma situação de mínima participação política e de grande centralização das decisões. Em termos econômicos, assistimos a um rápido processo de subordinação da agricultura à cidade; foram adotadas medidas governamentais que propiciaram a generalização e o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo; instalou-se um novo "modelo" econômico baseado na chamada abertura do Brasil aos capitais privados externos e na modernização das estruturas econômicas do país para garantir os altos índices de lucratividade necessários a esse tipo de economia. É a época do chamado "milagre econômico brasileiro".

Esta modernização, por sua vez, foi realizada à base da criação de uma infra-estrutura calcada na construção de estradas, hidrelétricas e na elaboração e execução de grande projetos econômicos, notadamente na região amazônica onde se encontram a maior parte dos índios brasileiros. Nas décadas de 60 e 70, criaram-se incentivos fiscais e linhas de crédito, órgãos regionais de desenvolvimento como por exemplo, a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) em 1960 que, juntamente com o BASA (Banco da Amazônia S.A.) eo Banco do Brasil, será um dos principais agentes financeiros na modernização do capitalismo nas regiões rurais da Amazônia. Este rápido processo de modernização, aliado a uma crescente concentração da propriedade fundiária em alguns pontos do país, provocou algumas inquietações no campo, notadamente nas regiões ocupadas pelos índios.

No auge desse processo de crescimento econômico acelerado (década de 70), a FUNAI amf conseguiu se antecipar às trágicas consequências do contato. Os conflitos de terra envolvendo índios e latifundiários, índios e posseiros, índios e empresas de mineração, índios e garimpeiros se intensificaram muito, criando uma situação de real dificuldade para o órgão encarregado da política indigenista oficial do governo brasileiro. É dentro deste contato que se deu a "pacificação" de grupos como os Cinta Larga (1970), Muxaruna (1970), Parakaña (1971), Assurini (1971), Anara (1971), Kreen-Akarure (1972), Avá-Candeeiro (apenas uma parte do grupo/1973), Guajá (1974), Waimiri-atroari (1974), Araweté (1976), Wai-Wai (1976), Massaká ou Tubarão Latundê (1977), Karipuna (1977), Karipuna (1977), Maniteneri (1978), Zorô (1978), Malis (1976 a 1979) e Uru-Eu-Wau-Wau (1980).

Foi ainda como uma resposta aos problemas enfrentados na década de 70 pelos índios brasileiros que se criou o chamado Estatuto do Índio, estabelecido pela Lei n. 6001 de 19 de dezembro de 1973. Esta Lei passou então a regular a situação jurídica dos índios ou "silvícolas" e das comunidades indígenas do Brasil. Nesse mesmo ano, o Estado Brasileiro propôs em 5 anos, regularizar todas as terras indígenas do país, o que não ocorreu de fato.

É neste contexto que a FUNAI se viu inserida, de modo a apresentar, nos últimos anos, uma linha de atenção bastante prejudicada. Tal quadro se reflete em uma certa descontinuidade administrativa, fruto de administração sucessivas e de curta duração, o que provocou inclusive, o não cumprimento integral do que determina a Convenção 107 de Genebra e à qual o Brasil é signatário.

A partir de 1986, após algumas crises, a FUNAI passa por uma série de modernizações cujo principal objetivo foi melhorar o atendimento das comunidades indígenas. Assim implantou-se a descentralização administrativa, criando-se 6 (seis) Superintendências Executivas (1. Suer-Curitiba; 2. Suer-Cuiabá; 3. Suer-Recife; 4. Suer-Belém; 5. Suer-Manaus; 6. Suer-Goiania). Estas Sueris, por sua vez, subdividem-se em 40 administrações regionais. Os postos indígenas que são célula básica de atuação da FUNAI ampliaram-se em número atingindo um total de 333 unidades. Embora tenha sofrido profundas alterações à nível de sua estrutura organizacional, as funções e atividades do órgão continuaram as mesmas, o que permite um tratamento único à massa de documentos produzidos e acumulados pelo órgão ao longo de sua existência.

Ao longo desse período (1910 - 1988) foram produzidos inúmeros documentos que entretanto devido à uma série de contingências perderam-se, extraviaram-se e até queimaram-se.

Ao longo dos últimos anos, foi reiteradamente retratada a situação dos documentos e informações sobre a política indigenista brasileira, onde se registrou a dispersão dessas fontes, as perdas ocorridas através da queima, do descarte e da venda de documentos ou até da sua incorporação a acervos particulares (1). É verdade porém, que essa última circunstância, ou seja, a incorporação, de documentos a acervos particulares, contribuiu para a preservação, ainda que precária, de fontes de informação que de outra forma teriam desaparecido.

Várias foram as tentativas de remeter esse quadro. A primeira em 1976 com a criação do Centro de Investigação Etnológica CDE destinada à "classificação e disseminação de toda e qualquer informação de interesse etnológico e indigenista sobre as populações indígenas brasileiras", tendo como tarefa principal o recolhimento da documentação referente ao período do SPI (1910 - 1967), cujo acervo foi triado e a "documentação técnica"; (atividades fins) foi separada da administrativa que foram devolvidos aos órgãos de origem. A classificação foi elaborada com base nos tipos documentais e pela estrutura regional (\*) do órgão (inspetorias), documentos foram microfilmados a partir de 1977 através do Projeto de Microfilmagem, catalogação e documentação das inspetorias Regionais.

(\*) RELATORIO MUSEU DO INDIO DE 27 DE AGOSTO DE 1980 MONTEIRO, M.B & GALVÃO da FUNAI.

Tal procedimento em termos arquivístico apresentou uma série de falhas, pois se por um lado possibilitou a preservação do acervo, por outro lado tornou a tarefa de recuperação da informação uma tarefa penosa para não dizer praticamente impossível tendo em vista a precariedade dos instrumentos de pesquisa arquivística. Em 1981, foi criado o Centro de Museologia e Documentação CENDOC que deve continuidade aos trabalhos feitos pelo CDB, entretanto, padecendo dos mesmos níveis técnicos já que tratava a documentação referente às atividades meio separada daquela referente às atividades fim desconhecendo princípios básicos da arquivística ou seja: o princípio do respeito aos fundos, ordem original, organicidade, individualidade e unidade etc.

Não há dúvidas de que esses dois órgãos desempenharam relevante papel na preservação do SPI e o outras fontes de informação sobre a política indigenista brasileira.

Por uma série de limitações subjacentes à concepção do CDE e do CENDOC (concepção restrita de recuperação de informação e de documentação de arquivo), aliadas às de natureza administrativa (recursos financeiros, materiais e de pessoal), essas iniciativas não obtiveram o êxito almejado, o que impediu o pleno alcance de seus objetivos.

No ano de 1986 (\*), por ocasião da mudança da FUNAI do setor de Indústria e Abastecimento para o Setor de Rádio e Televisão sul, alguns documentos foram a dispêndos. Tal documentação composta por documentos contábeis, pareceres, despachos e fotos, foi recolhidas à Fundação Pró Memória que comprometeu-se, entretanto a devolvê-las à FUNAI.

(\*) Correio Brasiliense 18.05.1986 pg.13  
 Jornal de Brasília 18.05.1986 pg.19  
 Última Hora 17.05.88 pg.02

Como consequência dos acontecimentos relativos à mudança da sede da FUNAI, várias autoridades arquivísticas, inclusive do Arquivo Nacional constataram a direção do órgão solicitando providências quanto ao estabelecimento de uma política de arquivo. Como resposta a essas questões e objetivando emitir novos prolegmas quanto à preservação dos documentos relativos à política indigenista, a FUNAI deliberou criar o Centro de Documentação e Informação - CEDOC .

Os estudos para elaboração do projeto de criação do CEDOC foram desenvolvidos por uma Comissão instituída pela Portaria PP n. 872/87, de 11.05.87. Neste sentido, foram mantidos contatos com o Arquivo Nacional, Arquivo Público do D.F; Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional Brasília e outras instituições com experiência comprovada na área arquivística. Paralelamente, sob a coordenação da referida Comissão, foi elaborada o diagnóstico da situação da área documental da FUNAI, sendo sido esta considerada sofrível e ruim.

A partir do trabalho da Comissão, foi apresentada uma proposta com vistas à organização do Sistema de Arquivos da FUNAI, e a criação de um órgão de coordenação para a área de

documentos de Arquivo e Biblioteca. Tais sugestões resultaram na criação do Centro de Documentação e Informação - CEDOC, através da Portaria PP n. 1940/87, com vigência a partir de 1 de julho de 1987.

O sistema de arquivo adotado a partir de então segue o modelo da ciência arquivística moderna. Os documentos são organizados atualmente com base na teoria das três idades, sendo a documentação classificada seguindo um plano de classificação de documentos de arquivo.

É dentro desta filosofia de trabalho, que se insere o presente projeto de reajuste da história da política indigenista contemporânea.

#### OBJETIVOS:

Este projeto objetiva identificar documentos textuais, audiovisuais, cartográficos e iconográficos sobre a política indigenista brasileira, tendo em vista o recolhimento dos originais daqueles documentos cuja guarda compete à FUNAI e, ao mesmo tempo, obter cópias ou originais daqueles pertencentes a fundos de outros arquivos públicos ou privados, inclusive estrangeiros.

O alcance desses objetivos prevê a utilização de técnicas históricas e arquivísticas, seja registrando, através da história oral, depoimentos daqueles que, direta ou indiretamente, participaram da política indigenista brasileira, como também, identificando as fontes documentais externas ao órgão tutelar (instituições públicas e privadas) e, além dessas fontes, aquelas sob a guarda de servidores e antigos funcionários da FUNDAÇÃO, pesquisadores, missionários e outros. Tudo isso, tendo por meta a elaboração de um GUIA DE FONTES SOBRE A POLÍTICA INDIGENISTA BRASILEIRA.

## METODOLOGIA

O projeto prevê o levantamento e organização dos acervos existentes em poder do CEDOC assim como aqueles que se encontram dispersos em outros centros de Documentação, arquivos em mãos de particulares. Por tratar-se de um projeto de recuperação de documentos e informações cujas fontes alguns casos, encontram-se fora do âmbito da FUNAI, a metodologia se baseará em pesquisa de gabinete e pesquisa de campo.

A pesquisa de gabinete se iniciará através de um estudo sobre as diversas estruturas dos órgãos que foram responsáveis pela política indigenista no período republicano. A partir deste estudo, poderemos estabelecer quais os Ministérios ou outros órgãos onde é possível se encontrar documentos relativos à política indigenista tais documentos serem então identificados, e catalogados e, quando for o caso, recolhidos ou copiados através de fotocópias ou microfílm. Ainda à partir deste estudo poderemos relacionar as pessoas atuaram junto aos órgãos responsáveis pela política indigenista e que, através de seus depoimentos, poderiam colaborar no sentido de ampliar os conhecimentos dos fatos coletivos a mesma.

A pesquisa de campo propriamente dita terá início com o levantamento dos acervos existentes fora da FUNAI e através dos trabalhos de recuperação da memória oral da política indigenista. Inicialmente constataremos estas instituições e divulgaremos através de cartas, chamadas em meios de comunicação.

Após esse trabalho, procederemos o levantamento do acervo utilizando-nos das aplicações de questionários, ou seja uma série de perguntas organizadas com objetivo de levantar dados para uma pesquisa cuja as respostas são fornecidas por informantes ou pesquisado... "\* Dentre as vantagens desta técnica destacamos a possibilidade de uma considerável massa de informações por um preço relativamente reduzido. O questionário buscará relacionar os diversos acervos, quantifica-los assim como enumerar os diversos suportes dos documentos possibilitando a obtenção de informações padronizadas sobre os documentos.

NOGUEIRA B.P (it.p. 120.)

Para os trabalhos de recuperação da memória através dos depoimentos dos agentes da Política Indigenista, utilizaremos de técnicas de história oral. Esta inclui a entrevista \* ou seja "uma conversa orientada para um objetivo definido que não a mera satisfação que a própria conversa pode produzir" No caso o objetivo definido é constituído pelo conjunto das informações complementares sobre a ação do Estado junto as populações tribais notadamente aquelas referentes aos primeiros contatos, as primeiras expedições de pacificações (frentes de atração). Para garantir o sucesso desta técnica levaremos em conta a necessidade de :

- 1 - Delinear-se unidosamente o objetivo.
- 2 - Obter, previamente, a relação das pessoas entrevistadas tendo em vista a sua participação nos processos a serem pesquisados.
- 3 - Utilização como meu auxiliar a outras fontes.
- 4 - Por o entrevistador ao par do objetivo da emetigação, instruindo-os do plano geral de organização das informações a serem colhidas.

(\*) NOGUEIRA, O. PESQUISA SOCIAL São Paulo, Comp. Ed. Nacional PIII

A recuperação da memória das técnicas de história oral prevêem o registro de depoimentos daqueles que participaram direta ou indiretamente, da ação como agentes do estado, além dos próprios índios e particulares. Esta técnica tem por objetivo prepara documentos gravados e transcritos para serem utilizados por pesquisadores em data futura. Dois elementos caracterizam tais fontes; a espontaneidade do registro e a intencionalidade de se preservar a informação. O projeto prevê o registro das memórias dos diferentes atores do processo, levando em conta inclusive os interesses específicos de classe, etnia ou qualquer outro elemento definidor de sua posição na sociedade, produzindo depoimento de muitas vezes conflitantes já que refletem a oposição desses agentes, a saber branco x índio, índio x classes dominantes, índios x classes dominadas, índios x representantes do Estado etc. Isso permitir ao pesquisador do futuro a análise à partir de visões diferenciadas de um mesmo acontecimento a técnica em se consistirá no preparo de entrevistas de forma que o entrevistado explique determinados pontos ou fatos obscuros a entrevista será gravada em fita magnetica e, posteriormente transcrita. O documento transcrito será assinado pelo entrevistado.

Paralelamente, daremos prosseguimento ao trabalho de levantamento e organização do acervo documental existente no ambito do órgão. Para tanto prosseguiremos os trabalhos de levantamento e quantificação do acervos das superintendências executivas regionais, aplicando em seguir o tratamento arquivístico aos documentos providenciando a avaliação recolhimento acatologação e indexação.

Essotados os processos de indentificação, recolhimento e organização documental, proceder-se-á a confeccção dos instrumentos de pesquisa e à elaboração de um guia de fontes com a síntese final do projeto.